

Especialistas debateram criação de valor para as empresas pelos critérios ESG

Análise ■ Importância de uma boa *governance* para diferenciar uma estratégia eficiente de ESG e uma desgarrada e o tratamento dado aos colaboradores vão também marcar a agenda dos gestores.

Rodolfo Alexandre Reis
rreis@medianove.com

Os critérios de avaliação social, ambiental e de *governance* (ESG, na sigla em inglês) vão ter um papel cada vez mais importante na forma das empresas criarem valor, através de uma estratégia que seja eficiente e que começa pelo tratamento que é dado aos seus colaboradores. Estas foram algumas das ideias que estiveram em debate no "Special Report ESG: Desafios da Governance", promovido pelo Jornal Económico na terça-feira, 4 de junho, em Lisboa.

João Moreira Rato, presidente do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG), deixou o alerta para o facto de a sustentabilidade aumentar os riscos e de complexificar o caderno de encargos das organizações, o que obriga a governança "a dar um salto maior". Avisou, também, que não pode ser reduzida a um pretexto para cada gestor ter o seu "pet-project".

"Os acionistas já não estão só preocupados com o valor da ação, mas com a forma como a empresa trata os seus colaboradores ou a biodiversidade", salientou.

Moreira Rato reiterou ainda que o IPCG pretende ser um verdadeiro guia de melhores práticas, portanto está a trabalhar - e "avançado" - na preparação de recomendações de boa governança para o sector empresarial do Estado. Há inclusive uma reunião agendada para esta sexta-feira com o ministro da Presidência, aguardando-se a marcação de encontros com os vários grupos parlamentares sobre este tema.

Quando o IPCG monitorizou o grau de acolhimento das recomendações do Código de Governo das Sociedade, concluiu que a acolhimento por parte das cotadas no índice PSI é superior ao das emittentes que não estão em bolsa, embora tenham ambas percentagens elevadas: 95% e 88%, respetivamente.

"Uma boa *governance* é um sinal da evolução da empresa. É sinal de que as nossas empresas têm um grau de complexidade maior", referiu o ainda professor na Nova School of Business and Economics e na Nova IMS e ex-chairman do Banco CTT, neste pequeno-almoço executivo, que decorreu no Hotel Intercontinental Lisboa e antecede à publicação de um relatório do JE sobre ESG (*Environmental, Social e Corporate Governance*).

Apesar da governança ser o aspeto frequentemente menos

frisados dos três critérios, pode ser o fator diferenciador de uma estratégia eficiente de sustentabilidade.

A ideia foi defendida por Pedro Cruz, ESG Coordinator Partner da KPMG Portugal, durante a mesa redonda que marcou esta conferência.

Apesar da complexidade do tema, que obriga a investimentos cada vez mais específicos, os ganhos são crescentemente mais óbvios para as empresas, que passam a olhar para a questão como uma oportunidade, em vez de um desafio.

"A *governance* tem sido o parente pobre, mas, sem termos uma boa *governance*, a probabilidade de sermos bem sucedidos nas outras duas dimensões é muito menor", sublinhou.

Como tal, "o tema da *governance* faz a diferença entre ter uma estratégia eficiente e uma completamente desgarrada" de prioridades ESG, defendeu.

Este é um dos principais desafios na implementação de uma estratégia de sustentabilidade, bem como "garantir que não é uma pista separada, desalinhada do resto do negócio", continuou. Esta é uma realidade particularmente desafiante nas empresas de menor dimensão, onde os custos assumem uma relevância superior e a especialização dos recursos humanos dificulta a promoção destas prioridades.

Quem olha para a governança como uma forma de captar valor empresarial é José Costa Pinto, vice-presidente do IPCG. "O bom *governance* cria valor às empresas. A evolução que retiramos dos números que temos demonstra que o caminho que tem sido feito é positivo", real-

çou, destacando que há várias razões, como o número de empresas a sujeitar-se à monitorização do IPCG tem vindo a aumentar, com a equipa a acompanhar agora 35 empresas, um número que deverá crescer nos próximos tempos.

"Quando aplicada de forma coerente, permite ao mercado e empresas terem uma dialética de compliance verdadeira e não de tentarem cumprir apenas o tick the box [assinalar o quadrado]. As empresas sentem que são beneficiadas", evidenciou.

Por sua vez, Maria Figueiredo, counsel da CMS Portugal, considera que a "sustentabilidade não é uma matéria nova. É uma nova forma de olhar para a estratégia do negócio".

Defendeu que a par do alinhamento estratégico, é preciso fazer o diagnóstico de maturidade de sustentabilidade, até porque este pode revelar que há "boas práticas que encaixam nos requisitos ESG e que precisam tão só de ser 'recauchutadas'".

A counsel da CMS Portugal considerou ainda que a ligação entre a boa gestão de risco e a criação de valor nem sempre é fácil de compreender pelas pequenas e médias empresas. Mas, adiantou, que há cada vez maior consciência de que para gerar valor há que fazer adaptação a novos riscos.

Em matéria de ESG - Ambiente, Social e Governance -, a maturidade dos temas é muito inferior nas empresas mais pequenas, salientou, antes de abordar os desafios e dificuldades, que se colocam às PME e que são vários. À cabeça das dificuldades situou o tema dos custos, do qual decorrem muitos outros. "O tecido empresarial está esparti-



João Moreira Rato
Presidente
do IPCG



Assista ao programa no seu smartphone através deste QR Code ou em www.jornaleconomico.pt

lhado entre os poucos recursos e os custos, mas há também uma questão de capacitação", afirmou.

"A avalanche regulatória é um tema que vejo como especialmente desafiante", adiantou Maria Figueiredo, salientando, no entanto, a "enorme complexidade" de que se reveste. A Europa, em concreto, salientou, "tem um papel de estandarte" na regulação nestas matérias, mas "há uma questão de competitividade que tem que ser encarada como desafio nos próximos tempos".

A vertente ambiental é um ponto crítico para as empresas, em particular as que produzem matérias emissoras de CO2. A Secil não foge à regra e Carlos Correia de Barros, CFO e Executive Board Member da produtora de betão, assume que o plano da descarbonização já está em prática.

"Trabalhamos em Portugal e noutros países na Europa onde este tema já está mais avançado. Temos conseguido tirar muitos frutos deste investimento nesta componente ambiental", referiu.

O responsável destacou o roteiro do grupo para a descarbonização até 2050, onde se enquadra o investimento superior a 80 milhões de euros na fábrica do Outão.

"A produção de cimento emite CO2. Nós não fugimos disso, queremos descarbonizar a nossa produção de betão, estamos a trabalhar nisso. Todos os anos olhamos para as melhores práticas a nível nacional e internacional e tentamos implementá-las", afirmou. Com IPM, JB, MB, AR.



Maria Figueiredo
Counsel
da CMS Portugal



Carlos Correia de Barros
CFO, Executive
Board Member da Secil



Pedro Cruz
ESG Coordinator Partner
da KPMG Portugal



José Costa Pinto
Vice-presidente
do IPCG

Carlos Correia de Barros, CFO da Secil, Ricardo Santos Ferreira, diretor do NOVO e subdiretor do JE, Pedro Cruz, ESG coordinator partner da KPMG Portugal, e Maria Figueiredo, counsel da CMS Portugal



José Calado, diretor global da Getinge, e Marco Neves, administrador da Parpública



No sentido dos ponteiros do relógio, João Moreira Rato, presidente do IPCG, José Costa Pinto, da direção do IPCG, Pedro Fontes Falcão, do ISCTE, e Manuel Gerales, da Media9



